



LINX S/A

CNPJ/MF nº 06.948.969/0001-75

RELATÓRIO DA DIRETORIA



Senhores Acionistas,

A Administração da Linx S.A. (Linx, Companhia) submete à apreciação de Vossas Senhorias as Demonstrações Financeiras relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2013.

Mensagem da Administração - O ano de 2013 foi importante para que a Linx seguisse focando esforços em consolidar sua liderança em sistemas de gestão para o varejo. No dia 8 de fevereiro de 2013 a Linx fez a sua oferta inicial de ações (IPO) na BM&FBOVESPA, aderindo ao Novo Mercado, modalidade de que atende ao nível máximo das melhores práticas de Governança Corporativa. Foram ofertadas 19.550.000 de ações, incluindo o lote suplementar, ao valor de R\$27,00 por ação o que deixou a Companhia com um free float (ações que não estão em poder dos acionistas controladores da Companhia) de aproximadamente 67%. Os recursos oriundos da oferta primária auxiliarão no crescimento da Linx através de aquisições e complemento do capital de giro. Em 10 de março de 2013 a Companhia adquiriu a Direção Processamento de Dados Ltda., cujas atividades compreendem soluções para meios de pagamento eletrônicos, em particular TEF (transferência eletrônica de fundos) e a Seller Corp Ltda., cujas atividades compreendem o desenvolvimento e comercialização de softwares destinados à gestão e automação de postos de gasolina e lojas de conveniência, uma nova vertical para a Linx. Em 29 de julho de 2013 a Linx anunciou a aquisição de ativos da Opus Software Comércio e Representações Ltda., permitindo a entrada da Companhia em uma nova vertical, a de franquias de varejo de serviços. Em 26 de setembro de 2013, a Linx anunciou que foi celebrado um contrato de compra e venda de ativos com a Conductor Tecnologia S.A., para alienação dos ativos relacionados ao produto D-CRED, oriundo da aquisição da Direção Processamento de Dados Ltda. e destinado à administração e processamento de cartões, atividades que não são foco da Companhia. Por esse motivo, a cessão desses Ativos está alinhada com os objetivos estratégicos de focar no desenvolvimento de softwares de gestão para o varejo. Em 24 de novembro de 2013 a Companhia adquiriu a totalidade das quotas da LZT Soluções em Informática Ltda e ativos da Ionics Informática e Automação Ltda., reforçando a sua presença na vertical de postos de combustíveis e lojas de conveniência. Com isso, a Companhia escreve mais um capítulo na sua história de sucesso, que já conta com acelerado ritmo de crescimento, alta recorrência de receita, base de clientes ampla, fiel e diversificada, rentabilidade e liderança no mercado em que atua. A administração avalia que a Linx inicia o ano de 2014 preparada para acompanhar o crescimento e aproveitar as oportunidades referentes ao mercado de varejo brasileiro, bem como os desafios de uma empresa de capital aberto.

Visão Geral da Companhia e Mercado de Atuação - A Linx é líder no fornecimento de soluções de software de gestão para o varejo brasileiro. A Companhia está presente no mercado há 28 anos oferecendo aos seus clientes sistemas de gestão empresarial integrados que contemplam toda a cadeia de varejo, partindo dos softwares de automação comercial, que realizam todas as operações necessárias do ponto de venda (POS), até o Enterprise resource planning (ERP) completo, além de soluções de conectividade, transferência eletrônica de fundos, e-commerce, CRM, mobilidade totalmente integradas, dentre outras ofertas.

Desempenho Operacional e Financeiro - Em 2013, a receita recorrente atingiu R\$257,3 milhões, com crescimento de 32,4% sobre 2012 e representando 77,7% da receita operacional bruta. Este crescimento é resultado da nossa estratégia de seguir combinando: (i) aumento do faturamento nos mesmos clientes, através do próprio crescimento orgânico destes clientes, como por exemplo, na abertura de novas lojas, e na habilidade da Linx em realizar vendas das chamadas "ofertas cross", que são complementares aos softwares de POS e ERP; (ii) vendas para novos clientes; (iii) a consolidação dos

resultados da Direção e dos ativos da Seller e da Opus e (iv) a consolidação dos resultados do mês de dezembro da LZT e dos ativos da Ionics. A receita de serviços 2013 cresceu 14,1% sobre 2012, atingindo R\$ 74,1 milhões. O crescimento moderado desta linha reflete uma política ativa da Linx em buscar reduzir a quantidade de horas necessárias para a implementação e treinamento de projetos contratados pelos clientes. Com isso, podemos começar a gerar as receitas recorrentes com mais rapidez. A combinação das receitas recorrentes e de serviços se traduz na receita operacional bruta. No ano, a receita bruta cresceu 27,8% comparada a 2012. A receita operacional líquida (ROL) atingiu R\$295,4 milhões em 2013, representando um aumento de 27,9% em relação aos R\$231,0 milhões de 2012. O EBITDA atingiu R\$87,1 milhões em 2013, representando um aumento de 45,9% em comparação aos R\$59,7 milhões de EBITDA de 2012. No ano, o lucro líquido ajustado atingiu R\$ 62,4 milhões, crescimento de 183,4% em relação a 2012.

Governança Corporativa - A Linx é participante do Novo Mercado, segmento de mais alto padrão de Governança Corporativa da BM&FBOVESPA. Conselho de Administração: A Companhia possui 9 conselheiros de administração, sendo 4 conselheiros independentes segundo o código de Governança Corporativa do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC). Os seus currículos, assim como o dos diretores da Companhia, podem ser encontrados no site ri.linx.com.br. Arbitragem: Pelo regulamento do Novo Mercado, e pelo Estatuto Social da Companhia, os acionistas controladores, os administradores, a própria Companhia e os membros do Conselho Fiscal, quando instalado, devem resolver qualquer disputa relacionada ou oriunda às regras do Regulamento do Novo Mercado, do Contrato de Participação no Novo Mercado, das Clausulas Compromissórias, quanto a sua aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e efeitos através da arbitragem.

Declaração da Diretoria Estatutária - Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria Estatutária da Linx declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013, autorizando a sua divulgação.

Relacionamento com Auditores Independentes - As demonstrações financeiras da Companhia e das suas controladas são auditadas pela KPMG Auditores Independentes. A política de atuação da Companhia na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa busca avaliar a existência de conflito de interesses, assim, são avaliados os seguintes aspectos: o auditor não deve (i) auditar o seu próprio trabalho; (ii) exercer funções gerenciais no seu cliente e (iii) promover os interesses do seu cliente. Nesse sentido, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, foram contratados os seguintes serviços: (i) serviços de "Due Diligence", (ii) revisão legal dos atos societários, (iii) revisão de declarações de informações econômico-fiscais da pessoa jurídica, tais serviços totalizaram R\$ 591 mil, que representaram 130% dos serviços de auditoria externa contratados para o referido exercício. Os serviços de "Due Diligence" foram contratados em 25 de fevereiro de 2013 e foram prestados até 06 de novembro de 2013. Os serviços de revisão legal foram contratados em 25 de fevereiro de 2013 e foram prestados até 06 de novembro de 2013. O serviço de revisão de declarações de informações econômico-fiscais da pessoa jurídica foi contratado em 19 de agosto de 2013 e serão prestados até 30 de junho de 2014. O serviço de emissão de carta conforto para fins IPO foi contratado em 17 de janeiro de 2013 e foram prestados até 06 de fevereiro de 2013. Em relação a esses serviços a KPMG declarou à Companhia que não existiu qualquer vínculo ou situação de fato que tenha configurado conflito de interesses que inviabilizasse o exercício das suas atividades como auditor da Companhia de forma independente.

São Paulo, 13 de fevereiro de 2014.

A Diretoria

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	44	8.805	38.061	47.734
Aplicações financeiras	6	274.018	-	297.273	-
Contas a receber de clientes	7	-	300	54.933	45.891
Estoques				242	137
Impostos a recuperar		5.748	1.451	10.190	4.707
Empréstimos a partes relacionadas	8	9.848	2.151	-	-
Outros créditos		779	1.625	10.194	5.459
		<u>290.437</u>	<u>14.332</u>	<u>410.893</u>	<u>103.928</u>
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Empréstimos a partes relacionadas	8	35.451	41.303	-	-
Depósitos judiciais		-	-	417	351
Outros créditos		-	-	195	84
Ativo fiscal diferido	15	-	-	526	-
		35.451	41.303	1.138	435
Investimentos	9	311.710	221.278	-	-
Imobilizado	10	-	-	29.835	26.054
Intangível	11	-	-	327.145	245.026
		<u>347.161</u>	<u>262.581</u>	<u>358.118</u>	<u>271.515</u>
		<u>637.598</u>	<u>276.913</u>	<u>769.011</u>	<u>375.443</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012 (Em milhares de Reais)

Saldo em 1º de janeiro de 2012	Nota	Reserva de capital				Reservas de lucros				Lucros acumulados	Dividendos adicionais propostos	Total	
		Capital social	Ágio na subscrição de capital	Plano de opções de ações	Gastos com emissão de ações	Fundo de reserva	Reserva legal	Retenção de lucros	Total				
Saldo em 31 de dezembro de 2012		2.688	214.131	-	(3.879)	210.252	13.387	537	-	13.924	-	20.291	247.155
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	-	17.304	-	17.304
Destinações:													
Constituição do fundo de resgate		-	-	-	-	5.191	-	-	5.191	(5.191)	-	-	-
Retenção de lucros		-	-	-	-	-	-	694	694	(694)	-	-	-
Dividendos		-	-	-	-	-	-	-	-	(10.725)	(20.291)	(31.016)	-
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	-	-	-	-	-	694	-	694	233.443
Saldo em 31 de dezembro de 2012		2.688	214.131	-	(3.879)	210.252	18.578	537	694	19.809	694	694	233.443
Aumento de capital	16	343.794	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	343.794
Gastos com emissão de ações	16	-	-	-	(20.813)	(20.813)	-	-	-	-	-	-	(20.813)
Plano de opções de ações	16	-	-	1.630	-	1.630	-	-	-	-	-	-	1.630
Distribuição de dividendos	16	-	-	-	-	-	(18.578)	-	-	(18.578)	(694)	-	(19.272)
Lucro líquido do exercício	16	-	-	-	-	-	-	-	-	-	62.410	-	62.410
Destinações:													
Reserva legal	16	-	-	-	-	-	-	3.121	-	3.121	-	-	-
Juros sobre capital próprio	16	-	-	-	-	-	-	-	-	(10.000)	-	-	(10.000)
Dividendos	16	-	-	-	-	-	-	-	-	(4.822)	-	-	(4.822)
Dividendos adicionais propostos	16	-	-	-	-	-	-	-	-	(10.178)	10.178	-	-
Retenção de lucros	16	-	-	-	-	-	-	-	34.289	34.289	(34.289)	-	-
Saldo em 31 de dezembro 2013		346.482	214.131	1.630	(24.692)	191.069	3.658	34.983	38.641	-	10178	694	586.370

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012 (Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional - Fundada em 1985 com sede na Rua Cenno Sbrighi, 170, São Paulo - Capital, a Linx é uma Companhia focada no desenvolvimento de soluções tecnológicas para o varejo. Nossos produtos, serviços e soluções otimizam os negócios e aumentam a competitividade de seus clientes. Nossa rede de distribuição é formada por unidades de relacionamento e parceiros distribuídos por todo o Brasil e com presença também no exterior. A Linx é provedora de soluções tecnológicas, inclusive em nuvem ("cloud"), em segmentos como vestuário, calçados, presentes, material de construção, concessionárias de veículos, farmácias, eletro-eletrônicos, cadeias de fast-food, dentre outros. A Linx S.A. ("Companhia"), que passou a ser uma Companhia aberta a partir de 06 de fevereiro de 2013 (vide Nota Explicativa nº 16), tem por atividade a participação em outras sociedades comerciais ou civis, nacional ou estrangeira, como sócia, acionista, cotista e ainda, a representação de outras sociedades de qualquer natureza no Brasil ou no exterior e a administração de bens próprios e de terceiros. As ações da Companhia estão listadas no segmento "Novo Mercado" da BM&FBOVESPA e são negociadas sob o código LINX3. É controladora das seguintes Empresas: **Linx Sistemas e Consultoria Ltda. ("Linx Sistemas")**: atuante no desenvolvimento de softwares de gestão no segmento de varejo e atacado, prestação de assistência técnica relacionada com sua atividade comercial, consultoria e cursos para formação e desenvolvimento pessoal, consultoria para a tomada de decisões estratégicas, além de consultoria logística. **Linx Serviços de Gerenciamento de Redes Ltda. ("Linx Gerenciamento de Redes")**: atuante na prestação de serviços de manutenção, locação e gerenciamento de redes que não envolva geração, transmissão e recepção de sinais de comunicação. **Linx Telecomunicações Ltda. ("Linx Telecomunicações")**: atuante na prestação de serviços de telecomunicações em geral, assim entendida na transmissão de voz, dados, imagens e sons por quaisquer meios, incluindo-se serviços de redes e circuitos, telefonia, por quaisquer sistemas, inclusive, pela Internet, bem como a importação e exportação de serviços ligados a telecomunicações.

2. Aquisições de controladas - A Companhia, através de sua controlada Linx Sistemas e Consultoria Ltda., obteve o controle das seguintes empresas nos períodos de 2013 e 2012: **2.1 Compacta Informática Ltda.-ME ("COMPACTA")** - Em 16 de agosto de 2012, a controlada Linx Sistemas adquiriu a totalidade das quotas da Compacta Informática Ltda.-ME ("COMPACTA"). Na data da aquisição as contraprestações transferidas foram alocadas aos ativos líquidos adquiridos com base em seu valor justo. Subsequentemente, em 30 de setembro de 2012, a COMPACTA foi incorporada pela própria Linx Sistemas, transação sob controle comum. Para fins da incorporação, o valor contábil dos ativos líquidos foi apurado por um laudo de avaliação contábil, conforme exigido por lei. Os valores contábeis dos ativos líquidos incorporados pela Companhia foram os seguintes:

Ativo circulante	Ativo não circulante	Ativo total	Passivo circulante	Passivo não circulante	Acervo líquido incorporado pela Empresa
3.541	1.712	5.253	5.873	24	(644)

Como a aquisição tivesse ocorrido em 1º de janeiro de 2013, a Administração estimou que a receita bruta consolidada nos sete meses de 2013, período anterior a incorporação, seria de R\$ 13.871 e o prejuízo para o período teria sido de R\$ 1.164 (Valores não auditados). O valor da aquisição foi de R\$ 26.485, sendo que R\$ 12.600 foram pagos no dia 28 de março de 2013 e os demais valores serão pagos conforme o atingimento de metas financeiras e operacionais estabelecidas no contrato de compra e venda. **2.3 LZT Soluções em Informática Ltda. ("LZT")** - Em 24 de novembro de 2013, a controlada Linx Sistemas adquiriu a totalidade das quotas da LZT Soluções em Informática Ltda. ("LZT"). Na data da aquisição as contraprestações transferidas foram alocadas preliminarmente aos ativos líquidos adquiridos com base no valor contábil, uma vez que a administração está elaborando a respectiva avaliação dos ativos identificados e passivos assumidos a valor justo. Essa avaliação será concluída ainda no primeiro trimestre de 2014. Subsequentemente, em 31 de dezembro de 2013, a LZT foi incorporada pela própria Linx Sistemas, transação sob controle comum. Para fins da incorporação, o valor contábil dos ativos líquidos foi apurado por um laudo de avaliação contábil, conforme exigido por lei. Os valores contábeis dos ativos líquidos incorporados pela Companhia foram os seguintes:

Ativo circulante	Ativo não circulante	Ativo total	Passivo circulante	Passivo não circulante	Acervo líquido incorporado pela Empresa
692	237	929	1.594	-	(665)

Como a aquisição tivesse ocorrido em 1º de janeiro de 2012, a Administração estimou que a receita bruta consolidada nos doze meses de 2013 seria de R\$ 10.096 e o lucro para o período teria sido de R\$ 867 (Valores não auditados). O valor da aquisição foi de R\$ 30.480, sendo que R\$ 25.000 foram pagos no dia 25 de novembro de 2013 e os demais valores serão pagos conforme o atingimento de metas financeiras e operacionais estabelecidas no contrato de compra e venda. Nas aquisições realizadas em 2013, a Companhia incorreu em despesas referente a serviços prestados com due diligence e advogados no montante de R\$ 175 (R\$ 504 no mesmo período de 2012). Essas despesas foram registradas no resultado do período. A seguir, são resumidos os valores das contraprestações transferidas e os valores reconhecidos de ativos adquiridos e passivos assumidos na data em que

Setor da atuação	Data da aquisição	Participação Societária Adquirida	Valor da operação	Valor da operação corrigido	Valor pago até 31/12/2013	Valor a pagar em 31/12/2013	Alocação Intangível	Alocação ágio
Quadrant	12/05/08	100%	39.854	48.855*	44.517	4.338	-	40.643
CSI	10/12/09	100%	41.128	43.074	36.878	6.196	39.255	883
AVS	11/12/09	100%	9.954	10.339*	8.807	1.532	7.677	2.433
Inter Commerce	18/12/09	100%	13.568	13.913	12.990	923	11.050	1.693
Dia System	17/11/10	100%	13.800	14.072	12.420	1.652	14.662	93
CNP	17/11/10	100%	16.000	16.736	14.340	2.396	13.301	308
Custom	03/03/11	100%	4.720	4.881	4.220	661	1.211	3.858
Spres	08/07/11	100%	29.750	30.576	25.193	5.383	12.491	15.541
Microvix	21/12/11	100%	42.770	43.237	38.770	4.467	10.425	32.317
Compacta	16/08/12	100%	46.160	46.305*	36.954	9.351	13.530	31.390
Direção	10/03/13	100%	26.485	27.032*	14.961	12.071	12.014	16.242
LZT	24/11/13	100%	30.480	30.509	25.039	5.470	11.688	18.782
			<u>314.669</u>	<u>329.529</u>	<u>275.089</u>	<u>54.440</u>	<u>147.304</u>	<u>163.183</u>

* As parcelas não corrigidas estão ajustadas a valor presente.

Ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos

Valor da aquisição	Quadrant*	CSI	AVS	Inter Commerce	Dia System	CNP	Custom	Spres	Microvix	Compacta	Direção	LZT	Total
Ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos	39.854	41.128	9.954	13.568	13.800	16.000	4.720	29.750	42.770	46.160	26.485	30.480	314.669
Caixa e equivalentes de caixa	868	927	38	168	257	811	6	378	515	226	514	5.537	12.855
Contas a receber e outros créditos	2.668	3.872	359	615	1.876	942	98	2.329	2.128	693	2.551	620	18.751
Outros ativos	-	5	-	-	30	36	-	1.059	86	-	653	-	1.869
Imobilizado	346	641	401	276	771	417	33	874	5.726	477	1.448	455	11.865
Intangível	-	67	4	8	-	1.946	2	149	4	-	279	-	2.459
Intangíveis identificados nas combinações de negócios	-	39.256	7.677	11.049	14.661	13.301	1.212	12.490	10.425	14.778	12.014	11.688	148.551
Fornecedores e outros contatos a pagar	(4.556)	(4.356)	(536)	(11.749)	(3.459)	(1.761)	(433)	(2.949)	(5.372)	(732)	(5.490)	(1.566)	(33.004)
Empréstimos e financiamentos	(95)	-	(327)	-	(429)	-	(56)	(76)	(541)	(1.193)	(113)	(2.730)	(93)
Total líquido de ativos identificáveis	(789)	40.412	7.616	10.367	13.707	15.692	862	14.209	12.971	16.065	10.488	11.698	153.298
Ágio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valor total da contraprestação transferida	39.854	41.128	9.954	13.568	13.800	16.000	4.720	29.750	42.770	46.160	26.485	30.480	314.669
Equivalência registrada	-	167	95	(1.508)	-	-	-	-	2.518	1.295	245	-	2.812
Valor total líquido dos ativos identificáveis	789	40.412	(7.616)	(10.367)	(13.707)	(15.692)	(862)	(14.209)	(12.971)	(16.065)	(10.488)	(11.698)	(153.298)
Valor do ágio contábil	40.643	883	2.433	1.693	93	308	3.858	15.541	32.317	31.390	16.242	18.782	164.183

* Quanto à aquisição da Quadrant, realizada anteriormente a 1º de janeiro de 2009, o ágio é incluído baseando-se em seu custo atribuído, que representa o valor registrado de acordo com as práticas contábeis anteriormente adotadas.

3. Base de preparação - 3.1 Declaração de conformidade

- As demonstrações financeiras individuais da controladora preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que seguem os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC); e - As demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que

seguem os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). - As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e para o caso da Companhia, essas práticas diferem das IFRS aplicáveis para demonstrações financeiras separadas em função da avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial nas práticas contábeis adotadas no Brasil, enquanto para fins de IFRS seria pelo custo ou valor justo. Contudo, não há diferença entre o patrimônio líquido e o

Receita operacional líquida	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12
Receita operacional líquida	18	-	-	295.449	230.989
Custo dos serviços prestados	19	-	-	(84.232)	(65.534)
Lucro bruto					

resultado consolidado apresentado pela Companhia e o patrimônio líquido e o resultado da controladora em suas demonstrações financeiras individuais. Assim sendo, as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e as demonstrações financeiras individuais da controladora estão sendo apresentadas lado-a-lado em um único conjunto de demonstrações financeiras. A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela diretoria em 13 de fevereiro de 2014. **3.2 Base de mensuração** - As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros avaliados a valor justo por meio do resultado. **3.3 Moeda funcional e moeda de apresentação** - Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e suas controladas. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **3.4 Uso de estimativas e julgamentos** - A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são reavaliadas e em quaisquer exercício futuros afetados. As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período financeiro estão incluídas nas seguintes Notas Explicativas: Nota Explicativa nº 7 – Provisão para créditos de liquidação duvidosa; Nota Explicativa nº 10 – Vida útil dos ativos imobilizados; Nota Explicativa nº 11 – Recuperabilidade de custos de desenvolvimento e Goodwill; Nota Explicativa nº 15 – Utilização dos créditos fiscais.

4. Principais políticas contábeis - As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. As políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente pelas controladas da Companhia. Adicionalmente, a demonstração do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foi reclassificada para fins de representação das operações descontinuadas em 2012, como se estas tivessem ocorrido em 1º de janeiro de 2012 (Veja Nota Explicativa nº 23). **4.1 Base de consolidação - 4.1.1 Combinações de negócios** Para aquisições efetuadas a partir de 1º de janeiro de 2009, a Companhia mensura o ágio como o valor justo da contraprestação transferida, deduzindo o valor reconhecido líquido (geralmente o valor justo) dos ativos e passivos assumidos identificáveis, todos mensurados na data da aquisição, isto é, na data em que o controle é transferido para a Companhia. Os custos de transação os quais a Companhia incorre com relação a uma combinação de negócios, são reconhecidos como despesas à medida que são incorridos. **4.1.2 Controladas** - As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia, até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis de controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras de controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. Para cálculo da equivalência patrimonial e consolidação são utilizadas as demonstrações financeiras das controladas na mesma data-base de apresentação das demonstrações financeiras. **4.1.3 Consolidação** - As demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações da Linx S.A., suas controladas e fundo exclusivo a seguir relacionadas:

	Porcentagem de participação	
	31/12/13	31/12/12
Linx Sistemas e Consultoria Ltda.	99,99%	99,99%
Linx Serviços de Gerenciamento de Redes Ltda.	99,99%	99,99%
Linx Telecomunicações Ltda.	99,99%	99,99%
Retail Renda Fixa Cred Privado FI	100,00%	-

4.1.4 Transações eliminadas na consolidação - Saldos e transações intragrupo e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intragrupo são eliminadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados, oriundos de transações com companhias investidas e registrados por equivalência patrimonial, são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia nas controladas. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. **4.2 Transações em moeda estrangeira** - Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia e suas controladas pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação. **4.3 Instrumentos financeiros - 4.3.1 Ativos financeiros não derivativos** - A Companhia e suas controladas reconhecem os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos desonrados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia e suas controladas desreconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e suas controladas transferem os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro, em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia e suas controladas nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando e somente quando, a Companhia e suas controladas tenham o direito legal de compensar os valores e tenham a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. A Companhia classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: **a. Empréstimos e recebíveis** - Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos, ou calculáveis, que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado, através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os empréstimos e recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outros créditos. **b. Caixa e equivalentes de caixa** - Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e bancos conta movimento e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo. **c. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado** - Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado, caso seja classificada como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. A Companhia e suas controladas tomam decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos, de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos documentadas pela Companhia e suas controladas. Os custos da transação são reconhecidos no resultado, conforme incorridos. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo, por meio do resultado, são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos, os quais levam em consideração qualquer ganho com dividendos, são reconhecidos no resultado do período. **4.3.2 Passivos financeiros não derivativos** - A Companhia e suas controladas reconhecem os passivos financeiros não derivativos inicialmente na data de negociação, na qual a Companhia e suas controladas se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia e suas controladas baixam um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado, através do método dos juros efetivos. A Companhia e suas controladas têm os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, fornecedores, contas a pagar por aquisição de controladas, dividendos e outras contas a pagar. **4.3.3 Capital social - 4.3.3.1 Ações ordinárias** - Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. **4.3.4 Instrumentos financeiros derivativos** - A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos em aberto em 31 de dezembro de 2013 e 2012. **4.4 Imobilizado - 4.4.1 Reconhecimento e mensuração** - Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, formação ou construção, deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O software comprado, que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento, é capitalizado como parte daquele equipamento. Quando partes de um equipamento têm diferentes usos, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas na Demonstração do resultado. **4.4.2 Custos subsequentes** - O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item, caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e suas controladas e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos. **4.4.3 Depreciação** - A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituído do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado, baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo período que for mais curto entre o prazo do arrendamento e as suas vidas úteis, a não ser que esteja razoavelmente certo de que a Companhia irá obter a propriedade ao final do prazo do arrendamento. As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos estão divulgadas na Nota Explicativa nº 10. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revisados a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. **4.5 Ativos intangíveis e ágio - 4.5.1 Ágio** - O ágio resultante na aquisição de controladas é incluído nos ativos intangíveis, nas demonstrações financeiras consolidadas. Para a mensuração do ágio no reconhecimento inicial, veja a Nota Explicativa nº 2. O ágio é medido pelo custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. **4.5.2 Pesquisa e desenvolvimento** - As despesas com pesquisas são reconhecidas no resultado quando incorridas. Atividades de desenvolvimento envolvem um plano ou projeto visando à produção de produtos novos ou substancialmente aprimorados. Os gastos com desenvolvimento são capitalizados somente quando todos os seguintes elementos estiverem presentes: (i) viabilidade técnica para concluir o ativo intangível de forma que ele seja disponibilizado para uso ou venda; (ii) intenção de concluir o ativo intangível e de usá-lo ou vendê-lo; (iii) capacidade para usar ou vender o ativo intangível; (iv) o ativo intangível deverá gerar benefício econômico futuro, com utilidade para uso interno ou vender o ativo; (v) disponibilidade de recursos técnicos, financeiros e outros recursos adequados para concluir o seu desenvolvimento e usar o ativo intangível; e (vi) capacidade de mensurar com segurança os gastos atribuíveis ao ativo intangível durante o seu desenvolvimento. Os gastos capitalizados incluem o custo de mão de obra e materiais que são diretamente atribuíveis à preparação desse ativo. Outros gastos de desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Os gastos de desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução do valor recuperável. **4.5.3 Outros ativos intangíveis** - Outros ativos intangíveis que são adquiridos e que tem vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução do valor recuperável. Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas, são reconhecidos no resultado conforme incorridos. A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos são as seguintes:

• Software	5 anos
• Desenvolvimento de software	3 anos
• Tecnologia das aquisições	3-6 anos
• Carteira de clientes das aquisições	12-20 anos
• Acordo de não concorrência das aquisições	5 anos

4.5.4 Redução ao valor recuperável (Impairment) - 4.6.1 Ativos financeiros (incluindo recebíveis) - Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação de uma Companhia e suas controladas sobre condições de que a Companhia e suas controladas não considerariam em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. A Companhia e suas controladas consideram evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto no nível individualizado, como no nível coletivo. Todos os recebíveis individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenham sido ainda identificadas. Recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares. Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia e suas controladas utilizam tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perdas incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continua sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. **4.6.2 Ativos não financeiros** - Os ativos não financeiros têm o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. O *goodwill* e os valores de ativos intangíveis sem vida útil definida têm a recuperação do seu valor testada anualmente independentemente de haver indicadores de perda de valor, entretanto, a Administração da Companhia e suas controladas não identificou nenhum indicativo que justificasse a constituição de uma provisão sobre seus ativos. O valor recuperável de um ativo é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que refleta as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto a outros ativos, as perdas de valor recuperável são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não

exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **4.7 Provisões** - Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia e suas controladas têm uma obrigação legal ou construtiva presente que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. **4.8 Receita operacional** - A receita da Companhia é dividida em dois grupos: • Receitas de manutenção são consideradas receitas recorrentes e compreendem atualizações dos "software", suporte tecnológico, "helpdesk", aluguel de equipamento, serviço de hospedagem de "software", pagamento pelo uso das ferramentas e equipes de suporte localizadas nos clientes e serviços de conectividade. Esses serviços são faturados mensalmente. As receitas relativas à manutenção são reconhecidas no resultado mensalmente, por um período de tempo estabelecido em contrato. • Receitas de serviço são consideradas não recorrentes e compreendem serviços de implementação, incluindo personalização, treinamento, licenças dos "software" e outros serviços. As receitas de serviços são reconhecidas no resultado em função da sua realização. As receitas relativas a licenças de uso são reconhecidas quando: i) da assinatura do contrato e disponibilização do software ao cliente; ii) seu valor pode ser mensurado de forma confiável (conforme os termos do contrato); iii) todos os riscos e benefícios inerentes da licença são transferidos para o comprador; iv) a Companhia não detém mais o efetivo controle sobre a licença; e v) é provável que os benefícios econômicos sejam gerados em favor da Companhia. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. Caso os valores faturados excedam os serviços prestados, então a diferença é apresentada como receita diferida (passivo circulante) no balanço patrimonial. **4.9 Ativos arrendados** - Ativos mantidos pela Companhia e suas controladas sob arrendamentos que transferem substancialmente para a Companhia e suas controladas todos os riscos e benefícios de propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial, o ativo arrendado é mensurado pelo montante igual ao menor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Após o reconhecimento inicial, o ativo é contabilizado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo. Os ativos mantidos sob outros arrendamentos são classificados como arrendamentos operacionais e não são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia e suas controladas. Todos os contratos de arrendamentos operacionais são canceláveis a qualquer momento. Os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento. Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesas financeiras e redução do passivo em aberto. As despesas financeiras são alocadas a cada período durante o prazo do arrendamento visando produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo. **4.10 Recetas e despesas financeiras** - Receitas financeiras compreendem basicamente os juros ativos de aplicações financeiras e descontos obtidos. As despesas financeiras compreendem, basicamente, as tarifas bancárias, descontos comerciais e juros sobre empréstimos. Os juros são reconhecidos no resultado do período utilizando-se a metodologia de taxa efetiva de juros. **4.11 Contas a receber de clientes** - As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, ajustado ao valor presente quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia e suas controladas. A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos. **4.12 Estoques** - Os estoques são avaliados com base no custo médio de aquisição. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado. **4.13 Imposto de renda e contribuição social** - O imposto de renda e a contribuição social do período corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a combinação de negócios. O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do período, as taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos períodos anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data do relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. Conforme facultado pela legislação tributária, a empresa Linx Serviços de Gerenciamento de Redes Ltda. adota o regime de tributação do lucro presumido, no qual, a base de cálculo do IRPJ e da CSLL é calculada a razão de 32% sobre as receitas provenientes de serviços e 100% das receitas financeiras. Sobre estas, aplicam-se as alíquotas regulares do respectivo imposto e contribuição. **Exposições fiscais** - Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia e suas controladas levam em consideração o impacto de incertezas relativas a posição fiscalis tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tenha que ser realizado. A Companhia e suas controladas acreditam que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada para com relação a todos os períodos fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas o que levariam a Companhia e suas controladas a mudar o seu julgamento quanto a adequação da provisão existente. Tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados. **4.14 Benefício de curto prazo a empregados** - Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensurados em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação de lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **a. Previdência privada e participação nos lucros** - A Companhia e suas controladas não mantêm planos de previdência privada ou qualquer plano de aposentadoria para seus funcionários e dirigentes, assim como quaisquer benefícios pós-emprego da Companhia e de suas Controladas. A Companhia possui plano de benefícios a dirigentes e funcionários, na forma de participação nos lu-

6. Aplicações financeiras

Tipo	Nome	Data de aplicação		TX rend. médio em relação ao CDI (%)	Controladora 31/12/13	Consolidado 31/12/13		
		Vencimento						
Fundo	Retail Renda Fixa Crédito Privado	14/02/2013	Indeterminado	102,09%	274.018	297.273		
Segue abaixo abertura da carteira do fundo de investimentos:								
Tipo	Código	Data de aplicação	Emissão	Vencimento	Quantidade	Indexador	Valor da aplicação	Valor líquido
Renda Fixa	CDB-S	31/05/13 à 25/06/2013	14/11/2008 à 03/02/2010	14/11/2014 à 01/02/2016	5.623,000	CDI D 112.000 à 113.000	9.035	9.521
Renda Fixa	CDBLA	02/08/2013 à 30/10/2013	13/12/2011 à 30/10/2013	26/05/2014 à 02/10/2018	-	CDI D 100.500 à 101.500	44.403	45.843
Renda Fixa	LF	15/02/2013 à 31/10/2013	22/12/2011 à 19/09/2013	31/10/2013 à 17/12/2015	-	CDI D 105.250 à CDI D108.500	30.152	32.091
Renda Fixa	LFS	15/02/13	16/01/13	15/01/19	28.000	CDI D 111.000	8.453	9.156
Renda Fixa	LFSFC	15/02/2013 à 07/03/2013	24/09/2010 à 16/05/2012	30/08/2016 à 15/05/2018	-	CDI e CDI D112.000	14.542	14.490
Renda Fixa	NTN-O	31/12/13	15/07/00	02/01/14	48.786,0000	PRE	105.005	105.005
Fundo de investimento	Outros fundos	-	-	-	-	-	81.197	81.197
							-	297.303
							-	(33)
							-	3
							-	297.273

A exposição da Companhia e suas controladas a risco e a análise de sensibilidade são divulgadas na nota explicativa 21.

7. Contas a receber de clientes

	Consolidado	
	31/12/13	31/12/12
Duplicatas e Cheques a Receber	-	-
A Vencer	41.911	33.795
Vencidos (a)	15.192	13.332
Outras contas a receber	714	846
	57.817	47.973
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(2.617)	(2.082)
(-) Ajustes a valor presente	(267)	-
	54.933	45.891

(a) Os títulos vencidos tem a seguinte composição:

	Consolidado	
	31/12/13	31/12/12
De 1 a 30 dias	6.487	7.099
De 31 a 60 dias	2.469	1.634
De 61 a 90 dias	1.530	1.004
De 91 a 180 dias	2.253	1.957
Acima de 181 dias	2.453	1.638
	15.192	13.332

A Companhia e suas controladas constituem provisão para créditos de liquidação duvidosa dos títulos vencidos acima de 180 dias que representa basicamente a perda histórica e adicionalmente cheques devolvidos e duplicatas a receber com discussão em juízo. A movimentação desta provisão no consolidado está demonstrada a seguir:

	2013		2012	
	Saldo inicial	Adição de provisão	Utilização / reversão	Saldo final
	(2.082)	(1.824)	1.289	(2.617)

8. Partes relacionadas - 8.1 Saldos patrimoniais

	Controladora		31/12/12	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Linx Sistemas e Consultoria Ltda.	9.841	35.451	2.145	41.303
Linx Serviços de Gerenciamento de Redes Ltda.	7	6	2.151	41.303
	9.848	35.451	4.296	82.606

O saldo com partes relacionadas refere-se substancialmente ao empréstimo atualizado pela TJLP, acrescido de 1% a 1,5% ao ano e também ao repasse de despesas. O saldo do empréstimo será recebido a partir de abril de 2014 até março de 2018. A Companhia possui empréstimos e outras transações em aberto com seu acionista (BNDES) conforme apresentado na Nota Explicativa nº 12. Adicionalmente, entre as empresas controladas existem transações não relevantes de repasse de despesas, referente, ao compartilhamento de gastos comuns, que são eliminadas no processo de consolidação. **a. Remuneração do pessoal-chave da administração** - A remuneração total do pessoal-chave da Administração (5 administradores em 2013, 7 em 2012) refere-se basicamente a valores de curto prazo que em 31 de dezembro de 2013 totaliza R\$ 4.465, sendo R\$ 1.049 de bônus e R\$ 3.416 de pró-labore (R\$ 4.666 no mesmo período de 2012, sendo R\$ 1.051 de bônus e R\$ 3.615 de pró-labore). **b. Resultado** - No exercício findo em 31 de dezembro de 2013 houve pagamento de juros sobre capital próprio da controlada Linx Sistemas e Consultoria Ltda. para a controladora, receitas e despesas financeiras referentes a empréstimos, as quais foram eliminadas no montante de R\$ 10.253 (R\$ 865 no mesmo período de 2012). Não houve transações de compras e vendas entre as partes relacionadas durante os exercícios apresentados. **c. Controlador final** - Em 14 de dezembro

10. Imobilizado

	Consolidado							
	Computadores e eletrônicos	Veículos	Móveis e utensílios	máquinas e equipamentos	Instalações, Imobilizado em andamento	Benefícios em imóveis de terceiros	Outros componentes	Total do ativo Imobilizado
Custo	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2012	15.204	6.979	2.899	7.704	-	4.233	736	42.151
Adições	2.703	1.622	567	2.963	156	4.801	65	12.877
Adição por aquisições de empresas	3.675	207	347	36	-	90	-	4.355
Baixas	(100)	(358)	(67)	(161)	-	(307)	(791)	(5.848)
Transferência	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2013	21.482	8.450	3.746	10.542	156	8.817	10	53.536
Depreciação	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2012	(8.892)	(2.019)	(1.345)	(2.321)	-	(1.085)	(435)	(16.097)
Adições	(2.552)	(1.474)	(249)	(660)	-	(471)	(147)	(5.553)
Adição por aquisições de empresas	(2.259)	(111)	(206)	(145)	-	(83)	-	(2.804)
Baixas	30	123	49	64	-	68	420	754
Transferência	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2013	(13.673)	(3.481)	(1.751)	(3.062)	-	(1.571)	(162)	(23.700)
Valor Residual	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2013	7.809	4.969	1.995	7.480	156	7.246	10	29.836
Saldos em 31 de Dezembro de 2012	6.312	4.960	1.554	5.383	-	3.148	736	26.054
Taxa média de depreciação anual	20%	20%	10%	10%	-	10%	4%	-

As adições à depreciação acumulada, demonstradas na movimentação do exercício foram registradas na rubrica "despesas operacionais administrativas e gerais". **10. Alienação Imóvel Joinville** - Em 10 de setembro de 2013 a Companhia, por meio de sua controlada Linx Sistemas e Consultoria Ltda., alienou para a empresa Zattar Participações Ltda., os seguintes bens: Terreno, imóvel e instalações – Imóvel Joinville: R\$ 10.000 O valor da alienação foi de R\$ 10.000, sendo que R\$ 3.000 foram recebidos no dia 10 de setembro de 2013 e os demais valores serão recebidos em parcelas mensais e fixas de R\$ 500, com a primeira parcela vencendo em outubro de 2013 e

11.1 Desenvolvimento de software - A atividade da controlada Linx Sistemas pressupõe o contínuo desenvolvimento de novos sistemas e aplicativos visando aumentar o leque de opções para os clientes atuais e novos potenciais, tendo em vista a crescente demanda de mercado por soluções informatizadas para os negócios em geral. Neste contexto, estão em desenvolvimento diversos projetos voltados para sistemas e aplicativos para os clientes. Os valores contabilizados no intangível correspondem à parcela do custo do departamento de desenvolvimento de projetos, apurado com base em apontamento de horas dos respectivos colaboradores. A amortização de cada projeto é realizada a partir do momento em que o ativo estiver disponível para uso pelo prazo médio de três anos que, segundo a Administração, reflete o período esperado de retorno financeiro dos referidos projetos. No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, foram amortizados R\$ 7.817 (R\$ 9.366 no mesmo período de 2012) no consolidado. Conforme comentado anteriormente, essa amortização foi registrada no grupo de contas de despesas gerais e administrativas no resultado do período. No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, foi reconhecido no resultado do exercício o montante de R\$ 32.932 (R\$ 24.667 em 2012) no consolidado, referente à pesquisa e manutenção dos softwares desenvolvidos.

11.2 Análise de recuperabilidade - Ágio - A Administração a Companhia efetua anualmente a análise da recuperabilidade do ágio. No último teste realizado em 31 de dezembro de 2013, foi considerado o planejamento de longo prazo até 2020, elaborados para o segmento Linx Sistemas, atente no desenvolvimento de software no segmento de varejo e atacado, prestação de assistência técnica relacionada com sua atividade comercial, consultoria e cursos para formação e desenvolvimento pessoal, consultoria para a tomada de decisões estratégicas, com as seguintes premissas mais relevantes: As receitas foram projetadas entre 2014 e 2020, considerando o crescimento da base de clientes. Os custos e despesas foram projetados em linha com o desempenho histórico da Companhia, bem como, com o crescimento histórico das receitas. Os investimentos em bens de capital foram estimados considerando a atual infra-estrutura tecnológica necessária para ampliar a oferta dos serviços, com base no histórico da Companhia. Para extrapolar as projeções em 31 de dezembro de 2013, para perpetuidade, consideramos uma taxa de crescimento de 3,2%, equivalente à média do crescimento do PIB dos últimos 5 anos. Os fluxos de caixa estimados foram descontados a taxa de desconto de 17,00% ao ano. Em 31 de dezembro de 2013 foi tomado o montante dos ativos operacionais, no qual está inserido o valor líquido do ágio. O teste de recuperação comprovou o retorno econômico sobre os ativos operacionais, incluindo o ágio.

11.3 Outros - As adições à amortização acumulada, demonstradas na movimentação do exercício foram registradas na rubrica despesas operacionais administrativas e gerais.

11.3.1 Aquisição SELLER - Em 10 de março de 2013 a Companhia, por meio de sua controlada Linx Sistemas e Consultoria Ltda., adquiriu a empresa Saller Corp. Ltda., os seguintes intangíveis: Marca SELLER; R\$ 3.000/ Software SELLER VB; R\$ 1.000/ Software SELLER WEB; R\$ 3.000/ Contrato de cliente; R\$ 3.135. O valor da aquisição foi de R\$ 10.135, sendo que R\$ 900 foram pagos no dia 28 de março de 2013 e os demais valores serão pagos conforme o atingimento de metas financeiras e operacionais estabelecidas no contrato de compra e venda dos ativos.

11.3.2 Aquisição OPUS - Em 29 de julho de 2013 a Companhia, por meio de sua controlada Linx Sistemas e Consultoria Ltda., adquiriu a empresa Opus Software Comércio e Representações Ltda., os seguintes intangíveis: Software Sistema de Gestão de Redes de Franquias; R\$ 2.700/ Contrato de cliente; R\$ 6.300. O valor da aquisição foi de R\$ 9.000, sendo que R\$ 5.550 foram pagos no dia 31 de julho de 2013 e os demais valores serão pagos conforme o atingimento de metas financeiras e operacionais estabelecidas no contrato de compra e venda dos ativos.

11.3.3 Alienação D-CRED - Em 26 de setembro de 2013 a Companhia, por meio de sua controlada Linx Sistemas e Consultoria Ltda., alienou para a empresa Controlador Tecnologia S.A., os seguintes intangíveis: Ativos relacionados ao software D-CRED; R\$ 1.500. O valor da alienação foi de R\$ 1.500, sendo que R\$ 1.000 foram recebidos nos dias 08 e 09 de outubro de 2013 e R\$ 500 serão recebidos em julho de 2014, além de um percentual sobre a receita gerada por esses Ativos até o final de 2016. Esta alienação gerou um ganho de R\$ 200, registrado no resultado do exercício na rubrica de Outras Receitas Operacionais. O percentual sobre a receita será contabilizado quando de sua realização.

11.3.4 Aquisição IONICS - Em 24 de novembro de 2013 a Companhia, por meio de sua controlada Linx Sistemas e Consultoria Ltda., adquiriu a empresa Ionics Informática e Automação Ltda., os seguintes intangíveis: Software SSG Premium; R\$ 3.600/ Contrato de cliente; R\$ 8.400. O valor da aquisição foi de R\$ 12.000, sendo que R\$ 10.200 foram pagos no dia 25 de novembro de 2013 e os demais valores serão pagos em três parcelas iguais de R\$ 600, vencendo-se em 12, 30 e 60 meses a partir da data da aquisição.

12. Empréstimos e financiamentos

Tipo	Encargos	Vencimento	Garantia /Tipo	Controladora		Consolidado	
				31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12
Capital de Giro	100% CDI + juros de 1,21% a.a	-	(e)	-	-	-	626
Cartão de crédito - BNDES	0,98% a.m.	-	(c)	-	-	-	216
Empréstimo - BNDES	TJLP + 1% a.a.	15/08/2014	(b)	1.306	3.265	1.306	3.265
Empréstimo - BNDES	TJLP + 1,5% a.a.	15/03/2018	(d)	44.316	40.106	44.316	40.106
Leasing Financeiro	Juros pré-fixados de 0,00064% a 1,7841% ao mês	02/02/2016	(a)	-	-	4.223	3.365
				45.622	43.371	47.045	47.578

	9.709	2.068	10.877	5.030
Parcela a amortizar no curto prazo classificada no passivo circulante				
Passivo não circulante	35.913	41.303	36.168	42.548

Consolidado	
Ano	31/12/13
2015	11.302
2016	11.053
2017	11.050
2018	2.763
	36.168

12.1 Operações com terceiros - (a) As garantias são constituídas pelos próprios bens adquiridos, sendo veículos e máquinas e equipamentos, registrados no ativo imobilizado. **12.2 Operações com partes relacionadas** - (b) Refere-se ao empréstimo captado junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, atualizado pela TJLP, acrescido de juros de 1% ao ano. (c) Contas a pagar referente à utilização do cartão de crédito concedido pelo BNDES, com juros de 0,98% ao mês. (d) O empréstimo do BNDES possui cláusula restritiva para pagamento antecipado da dívida. Os seguintes índices devem ser apurados semestralmente nos demonstrativos financeiros consolidados: a. Endividamento geral / ativo total: igual ou inferior a 65%; b. Dívida líquida / EBITDA: igual ou inferior 3,0; c. EBITDA / Receita operacional líquida: igual ou superior a 20%. Para efeito de apuração dos índices, deverão ser adotadas as seguintes definições e critérios: EBITDA: Resultado Operacional antes dos juros, imposto de renda, depreciação e amortização; Dívida líquida: Saldos das dívidas decorrentes de financiamentos, debêntures e similares, excluídos os valores correspondentes aos saldos da dívida decorrente dos financiamentos contratados diretamente com o BNDES e das Disponibilidades. Na hipótese de não atingimento dos níveis estabelecidos no contrato, a Companhia deve constituir, no prazo de 120 dias, contado da data do inadimplimento, garantias reais, aceitas pelo BNDES em valor correspondente a, no mínimo, 130% do valor do financiamento ou da dívida decorrente, salvo se naquele prazo estiverem restabelecidos os níveis acima referidos. A controlada e interveniente Linx Sistemas e Consultoria Ltda. se obriga a depositar as receitas provenientes da prestação de serviços em uma "conta centralizadora" aberta para tal fim. Os demais empréstimos e financiamentos não possuem cláusulas restritivas (covenants). (e) O capital de giro refere-se a saldo bancário devedor da controlada Linx Telecomunicações Ltda., reclassificada como empréstimo.

13. Obrigações trabalhistas

	Consolidado	
	31/12/13	31/12/12
Provisão de férias, 13º salário e encargos sociais	9.412	7.472
INSS a recolher	2.009	1.463
Provisão para participação nos lucros e resultados	4.328	1.619
FGTS a pagar	954	786
Salários a pagar	1.831	484
Acordos trabalhistas	947	-
Outros	608	917
	20.089	12.741

14. Contas a pagar por aquisição de controladas - As contas a pagar por aquisição de controladas referem-se aos valores devidos aos seus amigos proprietários quando da aquisição das ações ou quotas representativas do capital social dessas empresas. As dívidas são atualizadas de acordo com cláusulas contratuais e possuem os seguintes cronogramas de liquidação:

	Consolidado	
	31/12/13	31/12/12
Parcelas não sujeitas à atualização *	13.456	10.395
Parcelas sujeitas à atualização com base na variação do CDI	5.383	14.654
Parcelas sujeitas à atualização com base na variação do IPCA	14.564	11.415
Parcelas sujeitas à atualização com base na variação do IPC	7.119	8.540
Parcelas sujeitas à atualização com base na variação do IGPM	13.918	2.044
	54.440	47.048
Passivo circulante	17.660	11.417
Passivo não circulante	36.780	35.631

* Foi realizada análise de ajuste a valor presente nos valores não sujeitos à atualização, sendo o montante apurado foi de R\$ 565. O montante classificado no passivo não circulante será amortizado de acordo com o seguinte cronograma:

Consolidado	
Ano	31/12/13
2015	22.927
2016	8.026
2017	5.827
2018	36.780

15. Imposto de renda e contribuição social - 15.1 Despesa de imposto de renda e contribuição social - O imposto sobre o lucro antes do imposto difere do valor teórico que seria obtido com o uso da alíquota de imposto nominal, aplicável aos lucros das entidades consolidadas, como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12
Imposto corrente	-	-	-	-
Imposto sobre o lucro do exercício	(585)	-	(7.718)	(4.206)
Imposto diferido	-	-	-	-
Imposto diferido sobre o lucro do exercício	-	-	(6.619)	(7.260)
Despesa de imposto de renda e contribuição social para renda efetiva	(585)	-	(14.337)	(11.466)

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais nominais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social registrada no resultado está demonstrada abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	62.995	22.025	76.747	33.491
Lucro das empresas tributadas pelo lucro presumido	-	-	(2.307)	(4.285)
Resultado de equivalência patrimonial	(32.538)	(21.081)	-	-
Resultado ajustado	30.457	14.857	74.440	29.206
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota de 34% (10.355)	(321)	(25.310)	(9.930)	-
Diferenças permanentes	-	-	-	-
Gastos com emissão de ações	6.346	-	6.346	-
Lei 11.196/05 (Incentivo a pesquisa e Desenvolvimento)	-	-	2.774	2.719
Plano de opção de compra de ações	-	-	(554)	-
Pagamento de juros sobre capital próprio	3.400	-	3.400	-
Constituição de diferido do ano anterior	-	-	982	-
Constituição de diferido sobre prejuízo fiscal	-	-	320	-
Outros ajustes	-	-	-	-
Impostos correntes (lucro presumido)	-	-	(2.174)	(2.014)
Impostos diferidos (lucro presumido)	-	-	-	(1.572)
Baixa de imposto diferido Linx Prevenção de Perdas	-	-	-	(669)
Outras diferenças líquidas	24	(321)	(121)	(669)
Despesa de imposto de renda para taxa efetiva	(585)	-	(14.337)	(11.466)
Alíquota efetiva	2%	0%	19%	39%

15.2 Impostos diferidos - O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e o seu respectivo valor contábil. O imposto de renda e a contribuição social diferidos em situação temporária são demonstrados a seguir:

	Consolidado	
	Reconhecido	no resultado
IR/CS diferidos sobre diferença entre ágio contábil e ágio fiscal	26.862	(11.596)
Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social	206	320
Impostos diferidos sobre ativos intangíveis identificados nas aquisições	(34.458)	4.453
Impostos diferidos sobre amortização fiscal de ágios	(9.034)	(2.258)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	168
Provisão benefícios para empregados	-	2.424
Provisão para contingências	-	98
Provisão para ajuste a valor presente	-	(228)
	(16.424)	(6.619)

Ativo fiscal diferido 526 (23.599)

Medida Provisória 627 - A Medida Provisória nº 627, de 11 de novembro de 2013, e a Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.397, de 16 de setembro de 2013, trouxeram mudanças relevantes para as regras tributárias federais. Os dispositivos da Medida Provisória entrarão em vigor obrigatoriamente a partir do ano-calendário de 2015, sendo dada a opção de aplicação antecipada de seus dispositivos a partir do ano-calendário de 2014. A administração declara ter a intenção de optar pela aplicação antecipada das disposições da MP no exercício de 2014, com o objetivo de manter a neutralidade tributária, porém depende da disponibilização e normatização dos procedimentos para esta adoção.

16. Patrimônio líquido - 16.1 Capital social - Em 16 de janeiro de 2013 houve o desdobramento das ações de emissão da Companhia, na proporção de 2,5 (duas vírgula cinco) ações para cada 1 (uma) ação existente, de modo que cada ação existente nesta data passe a ser representada por 2,5 (duas

vírgula cinco) ações, da mesma espécie e classe, o capital social da Companhia passou a ser dividido em 33.812.220 ações. No dia 06 de fevereiro de 2013 a Companhia obteve o registro de capital aberto concedido pelo Conselho de Valores Monetários – CVM. Ainda, no dia 06 de fevereiro de 2013 foi deliberado pelos acionistas a aprovação da conversão da totalidade das ações preferenciais classe A, ações preferenciais classe B e ações preferenciais classe C de emissão da Companhia, em ações ordinárias da Companhia, na proporção de 1 (uma) ação ordinária para cada ação preferencial classe A, cada ação preferencial classe B e cada ação preferencial classe C, conforme o caso. Também no dia 06 de fevereiro de 2013 foi deliberado o aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do capital autorizado, no montante de R\$ 298.350 o qual passará de R\$ 2.688 para R\$ 301.308, mediante a emissão de 11.050.000 novas Ações Ordinárias, que foram objeto de oferta pública de distribuição primária realizada no Brasil por meio de distribuição pública em mercado de balcão não organizado. No dia 19 de fevereiro de 2013 foi deliberado o aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do capital autorizado, no montante de R\$ 44.753, passando, portanto, de R\$ 301.038 para R\$ 345.791, mediante a emissão de 1.657.500 novas ações ordinárias de emissão da Companhia. No dia 28 de agosto de 2013 foi deliberado o aumento do capital social da Companhia, em razão do exercício parcial, pelos respectivos beneficiários, da opção de compra referente à outorga inicial do Plano de Opção de Ações aprovado na AGE de 04 de dezembro de 2012, conforme alterado, no montante de R\$ 691, passando, portanto, de R\$ 345.791 para R\$ 346.482, mediante a emissão de 36.743 novas ações ordinárias de emissão da Companhia. O capital social está dividido da seguinte forma:

Acionista	Ações	Capital Total (%)
Acionistas fundadores	15.309.682	32,90%
Free Float(*)	31.246.781	67,10%
	46.556.463	100,00%

(*) O BNDES Participações S.A., o GA Brasil Fundo de Investimento em Participações e a Ameriprise Financials Inc. possuem participação acionária acima de 5%. **16.2 Reserva de capital** - A reserva de capital está constituída da seguinte forma:

	31/12/2013	31/12/2012
Ágio na subscrição de capital (a)	214.131	214.131
Plano de opção de compra de ações (nota 26)	1.630	-
Gastos com emissão de ações (b)	(24.692)	(3.879)
	191.069	210.252

(a) Em conformidade com a Lei 6.404/76, o preço de emissão das ações sem valor nominal pode ser fixado com parte destinada à formação de reserva de capital. (b) Em conformidade com o Pronunciamento CPC 08 – Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários, os custos de transação incorridos na captação de recursos por meio da emissão de novas ações no montante de R\$ 24.692 foram registrados separadamente como uma redução do patrimônio líquido.

16.3 Reserva legal - É constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício social, em conformidade com o art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia havia atingido o limite de 20% estabelecido pela legislação. Contudo, com os aumentos de capital social no montante total de R\$ 343.794 ocorridos em 2013, a Companhia destinou parte de seu lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 para a referida reserva. **16.4 Fundo de resgate** - Conforme previsto em acordo de acionistas firmado em 14 de julho de 2011, o fundo de resgate seria calculado mediante a aplicação de 30% sobre o lucro líquido ajustado pela reserva legal, tendo a finalidade o pagamento das ações preferenciais caso a Companhia optasse pelo resgate, conforme demonstrado a seguir:

Fundo de resgate em 31/12/11	13.387
Lucro líquido do exercício de 2012	17.304
(-) Reserva legal	-
(-) Dividendos máximos previstos do acordo de acionistas	-
= Base para fundo de resgate	17.304
(x) % definido em acordo de acionistas	30,00%
= Valor do fundo de resgate constituído em 2012	5.191
Valor total do fundo de resgate em 31/12/12	18.578
(-) Distribuição de dividendos	(18.578)
Valor total do fundo de resgate em 31/12/13	-

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 06 de fevereiro de 2013, foi aprovado o pagamento de dividendos intermediários no montante de R\$13.387, descontados da conta de fundo de resgate da Companhia, o qual foi extinto em referida data, e foram pagos em 08 de fevereiro de 2013. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 18 de abril de 2013, foi aprovado o pagamento de dividendos complementares no montante de R\$5.885, sendo utilizado o montante de R\$5.191 do saldo remanescente, referente aos exercício social de 2012, do fundo de resgate, extinto em 06 de fevereiro de 2013, e foram pagos em 26 de abril de 2013. **16.5 Dividendos** - O Estatuto Social da Companhia estabelece um dividendo mínimo de 25%, calculado sobre o lucro líquido anual, ajustado na forma prevista no artigo 202 da Lei nº 6.404/1976. Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 07 de novembro de 2013, foi aprovado, nos termos do artigo 9º da Lei 9.249/95, o pagamento de juros a título de remuneração do capital próprio intermediários no valor bruto de R\$10.000, perfazendo o montante total líquido de R\$8.500, os quais serão imputados ao valor do dividendo mínimo previsto no Artigo 36 do estatuto social da Companhia, e foram pagos em 22 de novembro de 2013. De acordo com a faculdade prevista na Lei nº 9.249/95, os referidos juros sobre o capital próprio calculado com base na Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), no montante de R\$ 10.000, inicialmente foram contabilizados em despesas financeiras, conforme requerido pela legislação fiscal. Para efeito dessas demonstrações financeiras, esses juros foram eliminados das despesas financeiras do exercício e estão sendo apresentados na conta de lucros acumulados em contrapartida do passivo circulante. O imposto de renda e a contribuição social do exercício foram reduzidos em R\$ 3.400, aproximadamente, em decorrência da dedução desses impostos pelos juros sobre o capital próprio creditados aos acionistas.

	31/12/13
Lucro líquido do exercício	62.410
(-) Constituição da reserva legal (Artigo 193 da Lei nº. 6.404)	(3.121)
Lucro líquido após apropriação da reserva legal	59.289
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	14.822
Dividendos adicionais propostos pela Administração	10.178
Dividendos propostos pela Administração	25.000

Forma de pagamento

Juros sobre capital próprio	10.000
Dividendos	15.000
	25.000

Movimentação dos dividendos no Patrimônio Líquido

Dividendos referentes ao exercício anterior	(19.272)
Dividendos mínimos obrigatórios do exercício	14.822
Total de dividendos subtraídos do Patrimônio Líquido	(4.450)
Quantidade de ações em 31 de dezembro	46.556.463
Dividendos e juros sobre o capital próprio por ação - em reais	0,54

Os dividendos mínimos obrigatórios estão demonstrados no balanço patrimonial como obrigações legais (provisões no passivo circulante), e os dividendos em excesso a esse mínimo como reserva de dividendos em linha especial na demonstração do patrimônio líquido. A proposta de orçamento de capital de 31 de dezembro de 2013 da Diretoria da Companhia, aprovada pelo Conselho de Administração em 13 de fevereiro de 2014, destina o saldo da conta de reserva para retenção de lucros de 2013, no montante de R\$ 34.289, para as aplicações demonstradas abaixo:

	31/12/13
Aplicações:	
Investimentos em infraestrutura	4.801
Investimentos de inovação e desenvolvimento	8.915
Aquisições	20.573
Total das aplicações	34.289
Fonte dos recursos:	
Reserva de lucros	34.289
Total das fontes	34.289

17. Provisão para contingências - A Companhia e as suas controladas são parte (pólo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos civis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos não identificou processos relevantes com perdas classificadas como prováveis para fins de provisão nas informações contábeis intermediárias. Existem outros processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível sem mensuração com suficiente segurança, no montante de R\$ 849 em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 305 em 31 de dezembro de 2012), para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização. As possíveis contingências das empresas adquiridas serão garantidas pelos antigos proprietários conforme contratos de compra e venda.

18. Receita operacional líquida - Abaixo apresentamos a conciliação entre a receita bruta operacional para fins fiscais e a receita apresentada na demonstração de resultado do período:

	Consolidado	
	31/12/13	31/12/12
Receita bruta operacional	-	-
Receita de manutenção	257.285	194.313
Receita de serviços	74.049	64.926
	331.334	259.239

Impostos sobre vendas	-	-
PIS	(2.135)	(1.689)
COFINS	(9.852)	(7.794)
ISS	(7.690)	(6.428)
INSS	(6.178)	(5.476)
Outros	(3.027)	(2.707)
Cancelamentos e abatimentos		

A receita operacional líquida das operações descontinuadas está apresentada a seguir:

	Operações descontinuadas	
	31/12/13	
Receita bruta operacional	8.426	
Receita de manutenção	4	
Receita de serviços	8.430	
Impostos sobre vendas		
PIS	(123)	
COFINS	(564)	
ISS	(145)	
Outros	(2)	
Cancelamentos e abatimentos	(2)	
	7.594	

24. Cobertura de seguros - A Companhia e suas controladas adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Em 31 de dezembro de 2013, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composto por R\$ 40.000 e R\$ 5.000 para responsabilidade civil para administradores, R\$ 54.600 para riscos operacionais e R\$ 600 de veículos.

25. Lucro por ação - a. Lucro básico por ação - O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias conforme demonstrado abaixo:

	31/12/13	31/12/12
Lucro líquido do período	62.410	17.304
Número médio ponderado de ações	45.473.009	13.524.889
Lucro por ação - básico (em Reais)	1,3725	1,2794
Operações continuadas	31/12/13	31/12/12
Lucro líquido do período	62.410	22.025
Número médio ponderado de ações	45.473.009	13.524.889
Lucro por ação - básico (em Reais)	1,3725	1,6285

b. Lucro diluído por ação - O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas. A Companhia possui Plano de "Stock Options" com outorga inicial de

614.317 opções de ações e o potencial dilutivo total do mesmo é representado por 1.690.610 opções de ações, já incluída a outorga inicial.

	31/12/13	31/12/12
Lucro líquido do período	62.410	17.304
Número médio ponderado de ações	45.473.009	13.524.889
Lucro diluído por ação (em Reais)	1,3635	1,2794
Operações continuadas	31/12/13	31/12/12
Lucro líquido do período	62.410	22.025
Número médio ponderado de ações	45.473.009	13.524.889
Lucro diluído por ação (em Reais)	1,3635	1,6285

Em 16 de janeiro de 2013 houve o desdobramento das ações de emissão da Companhia, na proporção de 2,5 (duas vírgula cinco) ações para cada 1 (uma) ação existente, de modo que cada ação existente nesta data passe a ser representada por 2,5 (duas vírgula cinco) ações, da mesma espécie e classe, o capital social da Companhia passará a ser dividido em 33.812.220 ações.

26. Pagamento com base em ações - Foi aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 4 de dezembro de 2012 o Plano de Opção de Compra de Ações da Linx S.A., que estabelece as condições gerais de outorga de opções de compra de ações de emissão da Companhia nos termos do art. 168, § 3º, da Lei nº 6.404/76. O Plano tem por objetivo atrair e reter aos administradores e empregados da Companhia e das sociedades que estejam sob o seu controle direto ou indireto, concedendo aos administradores e empregados a oportunidade de, sujeitos a determinadas condições, tornarem-se acionistas da Companhia, com vistas a: (i) recompensá-los em razão de seus cargos e pelo tempo de serviço na Companhia; (ii) estimular a consecução dos objetivos sociais da Companhia; (iii) alinhar os interesses dos acionistas da Companhia aos de administradores da

Número	Data	Quantidade de opções (*)	Preço de exercício - reais (*)	Outorga		Premissas valor justo			
				Precificação de opções (*)	Dividendos - %	Expectativa de Volatilidade - %	Taxa de risco livre de risco - %	Prazo maturidade	
1ª	28/02/13	614.317	18,72	12,73	3,3%	25,24%	10,27%	4 anos	

(*) Valores pós split de 21 de janeiro de 2013

O efeito acumulado no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 é de R\$ 1.630, registrado na demonstração do resultado como despesa com salários. Este efeito não teve impacto no caixa da Companhia. O saldo acumulado no patrimônio líquido apresentado em reserva de capital na rubrica de "plano de opções de ações" é de R\$ 1.630.

27. Eventos subsequentes - Dividendos - Em Reunião do Conselho de Administração em 13 de fevereiro de 2013, conforme proposto pela Diretoria, foi aprovado o pagamento de dividendos no valor de R\$15.000 (quinze milhões de reais) ad referendum da Assembleia Geral Ordinária

Loísa Moraes Souza de Oliveira - Contadora CRC 1SP247057/O-9

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselheiros e Acionistas da Linx S.A. São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Linx S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras - A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes - Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais - Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Linx S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas - Em nossa opinião as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Linx S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB* e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase - Conforme descrito na nota explicativa nº 3.1, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Linx S.A. essas práticas diferem da IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Outros assuntos - Demonstrações do valor adicionado - Examinamos, também, as demonstrações, individual e consolidada, do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

